

## *Uma análise de movimento indígena no México e no Espírito Santo\**

KALNA MARETO TEAO\*\*

Universidade Federal Fluminense

**Resumo:** Neste artigo tencionamos analisar o movimento indígena no México, a partir do neozapatismo e o movimento indígena no Espírito Santo. Para tanto, as fontes utilizadas no caso do EZLN (Exército Zapatista de Libertação Nacional) consistem nos periódicos *Proceso*, *La Jornada* e nos comunicados oficiais do movimento indígena durante o período de 1994 a 2004. No caso do movimento indígena no Espírito Santo, vamos analisar os comunicados indígenas e as reportagens do jornal eletrônico *Século Diário* no período de 2005 a 2006. Pretendemos elencar alguns pontos de similitude em ambos os movimentos, tais como o caráter étnico, a articulação dos movimentos com a sociedade civil, nacional e internacional, a relação de subordinação com o modelo de desenvolvimento econômico, o passado indígena e a exclusão social.

**Palavras-chave:** Neozapatismo; EZLN; Índios do Espírito Santo; Movimento indígena.

**Abstract:** We intend to analyze the indigenous movement in Mexico, from neozapatismo and the indigenous movement in the Espírito Santo. Therefore, the sources used in the case of the Zapatista Army of National Liberation (Ejército Zapatista de Liberación Nacional, EZLN) consist of periodics *Proceso* and *La Jornada* and the official statements of the indigenous movement during the period 1994 to 2004. In the case of the indigenous movement in the Espírito Santo, we intend to analyse the reports indigenous and news from *Século Diário* (electronic journal) 2005 to 2006. We intend to list some points of similarity in

---

\* Artigo submetido à avaliação em 29 de novembro de 2012 e aprovado para publicação em 20 de fevereiro de 2013.

\*\* A autora é doutoranda em História Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Contato: [kalnamt@yahoo.com.br](mailto:kalnamt@yahoo.com.br).

both movements, such as ethnic character, articulation movements with civil society, national and international, the relationship of subordination with the economic development model, the indigenous past and social exclusion.

**Keywords:** Neozapatismo; EZLN; Indigenous people of the Espírito Santo; Indigenous movement.

### O EZLN: trajetória do movimento indígena (1994-2004)

Rosto de chamas, rosto devorado,  
adolescente, rosto perseguido  
anos fantasmas, dias circulares  
que dão no mesmo pátio, no mesmo muro,  
arde o instante e são um só rosto  
os sucessivos rostos da chama,  
todos os nomes são um só nome,  
todos os rostos são um só rosto,  
todos os séculos são um só instante  
e por todos os séculos dos séculos  
fecha a passagem ao futuro um par de olhos  
(OCTAVIO PAZ, *Pedra de Sol*).

Quando o EZLN surgiu em 1º de janeiro de 1994 no México, os indígenas de Chiapas trouxeram à baila o contexto de exclusão social, de marginalização e de subordinação econômica que os povos sofriam ao longo dos séculos na história mexicana. A data da eclosão do movimento não se tratava de mera coincidência da entrada do México no Nafta (Tratado de Livre Comércio), mas resultava de uma estratégia política que pretendia visibilizar a alteração dos direitos constitucionais indígenas em relação à propriedade comunal, *os ejidos*.

A eclosão do neozapatismo foi no período de transição do governo de Salinas de Gortari para o governo de Ernesto Zedillo, ambos os presidentes pertenciam ao Partido Revolucionário Institucional (PRI) que se manteve hegemônico no poder durante 71 anos até a vitória do Partido da Aliança Nacional (PAN), com a vitória de Vicent Fox. Mesmo com a alternância de partidos, manteve-se a política indigenista de exclusão social

contra os povos indígenas mexicanos e não houve avanços de negociação entre os indígenas e o governo, conforme estabelecido pelos Acordos de San Andrés. Não houve acordo nem com a reforma salinista de 1992 e tampouco com a foxista de 2001, não ocorreu o reconhecimento constitucional dos direitos coletivos e da livre determinação.

Chiapas é um estado situado no sul do México, fronteiro com a Guatemala. As principais atividades econômicas da região são a cafeicultura, o artesanato, o turismo, a criação de gado, a exploração madeireira e de petróleo. Atualmente, as hidrelétricas de Chiapas produzem 20% da energia do país. O estado é o maior produtor de milho e é responsável por 35% da produção cafeeira do México.

Mesmo sendo o estado de Chiapas economicamente promissor, o nível de desenvolvimento econômico não vem acompanhado do desenvolvimento social e humano. A região apresenta precariedades de serviços nas áreas de saúde, educação e infraestrutura. Segundo Bittencourt (2007, p. 81), a população indígena consiste em um milhão de pessoas, num total de 3.5 milhões de habitantes. As etnias indígenas são *chol*, *mam*, *tzoltal*, *tzotzil*, *tojolabal*, *chol*, *maia*, *zoque*.

De acordo com Fuser (1995, p. 57-58), cerca de três em cada cinco crianças não frequentam a escola. A taxa de analfabetismo entre os maiores de 15 anos é de 30%, enquanto que a média nacional é de 12.4%. As moradias sem esgoto somam 42%. A desnutrição atinge 88.6 % das crianças. A falta de energia elétrica atinge a 33% das moradias.

Historicamente, o México foi considerado pioneiro nas políticas indigenistas. Entretanto, a concepção que norteava o indigenismo apresentava um caráter de integração dos índios à sociedade nacional por meio da aculturação e da tentativa de homogeneização das diversidades étnicas, com a imposição do espanhol, de políticas educacionais civilizatórias e aproveitamento dessa mão de obra indígena para o mercado econômico. Aguirre Beltrán considera que a ação e política indigenista teve êxito com a cristianização e a mexicanização do índio. Para o autor, a absorção dos valores indígenas por parte da cultura nacional implica em sobrevivência e

não aniquilação cultural. Esses valores fazem parte do processo de aculturação inserido na formação do Estado nacional. Para Aguirre Beltrán (1983, p. 199), o problema indígena nunca fora um problema de minorias étnicas, mas sim um problema de maiorias dentro da configuração da nação. Beltrán considera a nação como uma globalidade e o índio como uma particularidade. O autor critica o papel do Instituto Nacional Indigenista (INI) por não abarcar a totalidade dos grupos indígenas que formam a nação e mesmo as demais agências do governo não praticam políticas de saúde, impostos, administração municipal e redistribuição de terras (AGUIRRE BELTRÁN, 1983, p. 201).

A identidade mestiça foi construída no México a partir da apropriação do passado da civilização asteca que dominava outros povos indígenas. Essa identidade mestiça não correspondia à realidade da maioria dos índios mexicanos, mas congelava-se num passado pré-hispânico apropriado pelos criollos. Desde o século XIX, os criollos tencionavam integrar os demais grupos étnicos à identidade nacional criolla. Segundo Gil (2011, p. 2), o dever do Estado mexicano consistia em civilizar os grupos étnicos e fazê-los abandonar seus costumes e valores tradicionais a partir da imposição da cultura moderna ocidental.<sup>1</sup> Conforme Bittencourt (2007, p. 72), a Revolução Mexicana de 1910 e a Constituição de 1917 proporcionou a entrada dos índios na esfera de atuação política e permitiu o acesso de algumas garantias constitucionais de seus direitos, como o projeto de reforma agrária.

Para Bittencourt (2007, p. 33), a crítica ao indigenismo, como discurso e como política abriu espaço para novas alternativas para os povos indígenas. Possibilitou o surgimento de novas lideranças políticas num espaço/tempo renovado e aberto à compreensão da alteridade.

No México, as reivindicações indígenas estavam inseridas juntos à questão camponesa. Os índios tiveram forte atuação política ao longo da

---

<sup>1</sup> Para um aprofundamento do indigenismo mexicano confira os trabalho de Gil, Aguirre Beltrán, Bonfil Batalla, Bittencourt.

história mexicana, como a independência em 1810 e o movimento índio em 1917. O Congresso Indígena de San Cristóbal, em Chiapas (1974) e o Primeiro Congresso dos Povos Indígenas (1975) delinearão espaços de reconhecimento da especificidade étnica no país (BITTENCOURT, 2007, p. 74)

Chiapas foi uma região de ampla participação de movimentos indígenas ao longo da história mexicana. Em outubro de 1974, foi realizado o Primeiro Congresso Indígena de Chiapas, organizado pela Diocese de San Cristóbal e pelo governo do estado. O Conselho Estatal de Organizações Indígenas e Camponesas (CEOIC) foi influenciado por esse congresso. Em 1976, foi criada a Central Independente de Operários Agrícolas e Camponeses (CIOAC). Em 1980, foi criada a Organização Camponesa Emiliano Zapata (BITTENCOURT, 2007, p. 84).

O EZLN surgiu em 1983, na região da Selva Lacandona e começou a estabelecer contato com as comunidades indígenas, tentando convencê-los da via armada para solução de seus problemas locais, como a questão fundiária e o acesso aos direitos constitucionais.

A composição do movimento é formada por 80% de indígenas, sendo 33% mulheres (FÉLICE, MUÑOZ, 1998, p. 17). O neozapatismo possui o braço armado que é o EZLN e o Comando Clandestino Revolucionário Indígena (CCRI). O principal porta-voz do movimento é o subcomandante Marcos. As principais lideranças indígenas são os comandantes Tacho, Ramona, David, dentre outros.

As lideranças políticas de Chiapas tiveram sua formação por meio dos programas de educação bilíngue da Secretaria de Educação Pública (SEP) e do Instituto Nacional Indigenista (INI). Surgiram professores e promotores indígenas que substituíram os secretários municipais mestiços. Em 1962, os professores indígenas passaram a ocupar cargos públicos nos governos municipais da região de Los Altos (SOLANO, 2005, p. 289-290). Esses índios foram os primeiros a participar desses cargos políticos como também faziam parte da rede criada pelo partido de Estado. Não havia só filiados do PRI mas também de outros partidos, como o Partido da Revolução

Democrática (PRD), o Partido da Ação Nacional (PAN), o Partido do Trabalho (PT) e o Partido Democrático Chiapaneco (PDCh).

Em outubro de 1994, na região rebelde de Ocosingo, os conselhos parlamentares indígenas independentes de 65 comunidades de Altamirano, Chilon, Ocosingo e Oxchuc participaram 150 professores bilíngues como representantes (DAUZIER, 1998, p. 88).

Dauzier<sup>2</sup> (1998) aponta a importância dos professores bilíngues como representantes políticos em suas comunidades e sua forte atuação no conflito de Chiapas. A autora também relaciona a formação de uma intelectualidade indígena mexicana nas escolas das comunidades locais. Essas escolas bilíngues tinham professores que dominavam o espanhol e o idioma nativo e eram promovidas pela ação indigenista do governo mexicano que tinha como intuito promover a homogeneização dos povos indígenas e inseri-los dentro dos parâmetros da cultura ocidental por meio da imposição do espanhol e do ensino de valores ocidentais. Entretanto, a mesma política integracionista gerou um alto grau de politização desses professores que ao terem contato com os mecanismos da sociedade e da política mexicana passaram a se instrumentalizar contra o governo reivindicando sua identidade e seus direitos políticos diferenciados pela característica étnica.

Havia os líderes que não eram de orientação priísta, aqueles que eram formados pela pastoral de Dom Samuel Ruiz, os líderes escolhidos pelas comunidades e os líderes que participavam de partidos políticos de oposição, comunistas ou trotskistas (SOLANO, 2005, p. 290). Para Bittencourt (2007, p. 88), no período compreendido entre 1970 e 1994, a Selva Lacandona tornou-se um espaço multiétnico, com novas formas de organização política, orientada pela ala progressista da Igreja Católica, pelas igrejas protestantes,

---

<sup>2</sup> Dauzier (1998, p. 89) destaca lutas sindicais de professores indígenas durante a década de 80 nas regiões de Chiapas, Hidalgo e Oaxaca. Nas manifestações de Chiapas entre 1986 e 1987 houve mortos e apoio de organizações camponesas ao movimento sindical. Nos discursos dos professores é comum encontrar uma forte presença de relatos de discriminação nos trabalhos das fazendas, nas lojas. Há uma referência ao passado da conquista espanhola e da violência a que os povos foram submetidos.

pelas organizações de esquerda, pelas organizações não governamentais e pelas agências locais do INI.

As comunidades indígenas foram assistidas por várias organizações operárias e camponesas, como a *Unión del Pueblo*, a *Unión de Uniones Ejidales*, a *Línea Proletaria*. Essas organizações orientavam os diaristas, vaqueiros, plantadores de café, sindicatos, politizando seus discursos (BITTENCOURT, 2007, p. 87).

A partir de 1988 em Chiapas, começaram a surgir as primeiras demandas de cidadania étnica que podem ser compreendidas como reivindicações de direitos diferenciados culturalmente. Segundo Solano (2005, p. 292), as demandas étnicas foram lideradas por indígenas que estavam mais integrados à sociedade nacional. Um exemplo disso, são os *tojolabales* da região de Las Margaritas. Solano destaca que o primeiro indígena representante de um partido de oposição no congresso era *tojolabal* de Las Margaritas. Esses índios introduziram a noção de defesa dos direitos indígenas na agenda das organizações independentes de Chiapas. Dentre as estratégias políticas dos *tojolabales* destacavam-se a articulação com a sociedade internacional e a reivindicação pelos direitos de autonomia e autodeterminação.

Nos discursos políticos do EZLN e do CCRI há presença do tema do reconhecimento a partir da década de 90. Para Solano (2005, p. 293), isso implica em um novo discurso identitário, uma cultura indígena reinventada, um discurso híbrido produto de realidades globalizadas. Os discursos políticos do movimento são fundamentados pelos aspectos da autenticidade e da tradição. Há forte presença dos sentimentos de indignação contra a marginalização e a discriminação social, étnica e econômica.

Dentre as estratégias do movimento no período destacam-se: as marchas, os levantes, os encontros, a divulgação dos rumos do movimento pela internet, a crítica a corrupção política, à globalização e ao neoliberalismo, a articulação do movimento indígena com setores da sociedade civil nacional e internacional.

Em 1993, foi instalada La Neta, uma rede alternativa de comunicação voltada pra grupos femininos, orientada por ONGs mexicanas, mantidas pela Igreja Católica e pelo Instituto de Comunicação Global dos Estados Unidos. La Neta possibilitou a defesa dos direitos indígenas numa escala mundial congregando uma rede de grupos de apoio (BITTENCOURT, 2007, p. 91).

No dia do levante, 900 rebeldes tomaram a região de San Cristóbal, ocuparam a prefeitura, o prédio da polícia federal e libertaram 179 presos da cadeia pública. A ação neozapatista se expandiu para os municípios de *Altamirano, Ocosingo, Las Margaritas* (FUSER, 1995, p. 48).

Em 1994, as comunidades indígenas declaradas rebeldes somavam 38 municípios. Em 16 de fevereiro de 1996, o governo e o EZLN assinaram os únicos acordos chamados de *Acordos de San Andrés*. Nesses documentos, o governo se comprometia a reconhecer o direito à livre determinação e autonomia indígenas. As reformas constitucionais realizadas em 2002 foram deficientes.

Em 27 de julho a 03 de agosto de 1996 foi realizado o Primeiro Encontro Intercontinental pela Humanidade e contra o Neoliberalismo em Chiapas, com participação das comunidades indígenas e demais membros da sociedade civil.

Em 22 de dezembro de 1997 houve o massacre de Acteal com 45 mortes de índios *tzotzil* pelo grupo de paramilitares, Máscara Roja. Em 1998, a CONAI<sup>3</sup> (Comissão Nacional de Intermediação) desapareceu e a COCOPA<sup>4</sup> (Comissão de Concórdia e Pacificação) teve sua participação

---

<sup>3</sup> A CONAI era formada por membros da sociedade civil e presidida pelo bispo de San Cristóbal de Las Casas. A organização tinha como função principal intermediar os acordos do EZLN e do governo mexicano a partir dos Acordos de San Andrés.

<sup>4</sup> A COCOPA visava consolidar os acordos do EZLN com o governo federal. A COCOPA tinha representação de todos os partidos políticos do Congresso da União. A formação da COCOPA consistia em senadores e deputados, um representante do Congresso de Chiapas, um representante do Executivo de Chiapas (BUENROSTRO Y ARELLANO, OLIVEIRA, 2002, p. 343). Em 1996, a comissão apresentou propostas de mudanças na Constituição mexicana. O governo não aceitou as propostas da comissão e rompeu com os acordos de San Andrés. A COCOPA baseava-se na Convenção 169 da OIT e propunha o

reduzida no processo de diálogo. Dessa forma, o EZLN decidiu por conta própria aplicar os *Acordos de San Andrés*.

Em 25 de fevereiro de 2001, o EZLN realizou uma marcha em mais de 12 estados, percorrendo mais de três mil quilômetros, durante duas semanas até a Cidade do México. Cerca de 62 comunidades indígenas apoiaram o movimento (BITTENCOURT, 2007, p. 93).

Em agosto de 2003, o EZLN propôs a criação das Juntas de Bom Governo para tentar evitar a crise. Para Cal y Mayor (2005, p. 242), a *autonomia de jure* consiste na aplicação do ordenamento legal ou autonomias de direito. A *autonomia de fato* consiste em formas de resistência indígena que desafiam o Estado e questionam a legitimidade e a legalidade. A autonomia de fato é associada à ausência do Estado na região. A função do Estado foi preenchida por outros atores, como a Igreja católica. As bases das autonomias de fato foram construídas na década de 90, com a prática de autogoverno. O Estado se relacionava com as comunidades por intermédio dos *ejidos* e das comunidades. A preocupação dessa relação era manter a estabilidade política do regime priísta.<sup>5</sup>

Em 1998, essas comunidades passaram a se chamar municípios autônomos zapatistas. O EZLN considerava essa forma de organização uma maneira de romper o cerco militar imposto pelo Estado mexicano. Para Cal y Mayor (2005, p. 246), não há um modelo único de município autônomo rebelde. Podem ser divididos em monoétnicos (com uma única identidade indígena) e pluriétnicos (incluem as diversas etnias e os índios mestiços). Cada região autônoma rebelde possui três níveis de governo civil: a Junta de

---

desenvolvimento igualitário promovido pelo Estado e o combate à discriminação. Defendia-se a associação das comunidades como direito público e a possibilidade de associação de povos, comunidades e municípios por filiação étnica (BITTENCOURT, 2007, p. 92).

<sup>5</sup> Conforme Cal y Mayor (2005, p. 244), em 1987 em Chiapas se registrou a primeira experiência de autonomia de fato na região *tojolabal* que incorporou os municípios de Las Margaritas e Altamirano. Em outubro de 1994, as organizações do Conselho Estatal de Organizações Indígenas e Camponesas (CEOIC) declararam as regiões indígenas da entidade e declararam as Regiões Autônomas Pluriétnicas.

Bom Governo (regional), o Conselho Autônomo (municipal) e as Comunidades de Resistência (comunitário) (CAL Y MAYOR, 2005, p. 250).

Para Cal y Mayor (2005, p. 240), a autonomia de fato tem ocasionado conflitos internos, povos fracionados, divisão das comunidades, famílias fragmentadas e um EZLN debilitado. A autora chama a atenção para o fato da criação de governos paralelos nas regiões autônomas com presença de mais de dois juízes ou agentes municipais na mesma comunidade, fato que acarreta intolerância e dificuldade de chegar a acordos.

Com o prolongamento do conflito e a não negociação com o Estado, tem levado ao isolamento das comunidades indígenas. Como o EZLN se opõe aos acordos com o governo, os serviços nas áreas sociais são precários e extensivos somente às comunidades filiadas à organização indígena.

Por outro lado, a autonomia indígena proporciona as formas de resistência ativa e passiva. A resistência ativa está associada a tomada de terras, bloqueios de estradas, fechamento de escolas, expulsão de funcionários do governo, retenção de veículos de organizações sociais opositoras e privadas. A resistência passiva consiste na negação de estabelecimento de vínculos com o governo, como não enviar os filhos para a escola e não receber vacinas do governo. As comunidades não têm recebido ajuda de programas sociais do governo e não pagam pelo consumo de energia elétrica.

O que podemos observar através do trabalho de Cal y Mayor é que o EZLN para tentar manter os rumos do movimento num período tão prolongado de tempo sem negociações com o Estado tem sua atuação alheia às formas de organização social próprias das comunidades indígenas ao impor estruturas governativas com cargos burocráticos. Além disso, os indígenas lutaram ao longo dessa trajetória para serem cidadãos mexicanos, ou seja, terem acesso aos direitos dos demais cidadãos. Na recusa do diálogo com o governo para manter o movimento vivo, ocorre a privação do acesso aos direitos sociais. Os direitos sociais somente são extensivos aos associados ao movimento, deixando de fora muitos índios.

A estratégia do governo mexicano consiste em aplicar a Guerra de Baixa Intensidade, ou seja, isolar e dividir as comunidades, dificultando seus deslocamentos. Além disso, os projetos sociais são prejudicados. Milhares de famílias indígenas deslocam-se para a região das montanhas em condições desumanas. Ocorre na região de Chiapas a violação dos direitos humanos como a prisão, a tortura e a morte dos neozapatistas em Ocosingo e Altamirano. Há um número crescente de organizações paramilitares na região de Chiapas, como as guardas brancas que são guardas privadas ou pertencentes aos opositores do movimento. Na área do conflito, o governo federal tem promovido um forte cerco militar (MONTES, 1997, p. 319-321).

### **Movimento indígena no Brasil: o caso do Espírito Santo**

Atualmente, os Tupinikim são 2.630 habitantes (FUNASA, 2010). Ocupam a terra indígena equivalente a 18 mil hectares no município de Aracruz, litoral norte do Espírito Santo. Suas aldeias são: Caieiras Velhas, Irajá, Comboios, Areal, Pau Brasil, Olho D' Água, Córrego Novo. As principais atividades econômicas são a agricultura e o artesanato. Os Guarani Mbya são aproximadamente 300 habitantes (FUNAI, 2011). Vivem nas aldeias de Três Palmeiras, Piraquê-açu e Boa Esperança. Todas situam-se em território tupinikim. Os Mbya vivem da agricultura e do artesanato.

A empresa Aracruz Celulose (atual Fibria) é a maior produtora mundial de celulose branqueada de eucalipto para a indústria do papel. A empresa tem controle acionário dos grupos Safra, Lorentzen, Votorantim e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Sustentável (BNDES). A Aracruz Celulose tem sua sede em São Paulo. Suas áreas de atuação no Brasil compreendem os estados do Espírito Santo, Bahia, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, sendo os dois primeiros considerados áreas de produção de celulose. A área utilizada pela empresa consiste em terras boas para a agricultura, sendo proprietária de 385 mil hectares no país. No Espírito Santo, a área da Aracruz Celulose ocupa 190 mil hectares. De acordo com

agricultores e ambientalistas, a multinacional possui mais de 250 mil hectares de eucalipto plantado no estado.<sup>6</sup>

A Aracruz Celulose em sua área de expansão da produção de eucalipto, além de ampliar sua capacidade produtiva destinada à exportação, multiplica os conflitos fundiários envolvendo diversos movimentos sociais de caráter social, étnico e ambiental. No Rio Grande do Sul, o conflito ocorre com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Na Bahia, a disputa territorial segue com os índios Pataxós, numa área próxima à aldeia Guaxuma, no entorno do Monte Pascoal, entre os municípios de Itabela e Itamaraju<sup>7</sup>. No Espírito Santo, também se mobilizam contra a Aracruz Celulose, o MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores), o MST e movimentos ambientalistas, como a Rede Alerta contra o Deserto Verde (formada por 157 entidades). Na região de São Mateus, a luta ocorre com os quilombolas. No município de Aracruz, são os índios Tupinikim e Guarani.

Conforme Castells (2002, p. 24), a *identidade de resistência* é criada pelos atores que se encontram em posições ou condições desvalorizadas e estigmatizadas pela lógica da dominação, construindo assim trincheiras de resistência e sobrevivência, baseada em princípios diferentes dos que permeiam as instituições da sociedade.

Os Tupinikim e os Guarani, ao assumirem sua posição como minorias étnicas, atuam na conservação de suas culturas, delimitando suas fronteiras sociais em oposição à sociedade envolvente e afirmando sua etnicidade. Aqui a identidade de resistência permite com que os índios se tornem sujeitos políticos reivindicadores dos seus direitos territoriais. A

---

<sup>6</sup> COIMBRA, Ubervalter. Aracruz esgota o ES e migra para Bahia: inaugurada a Veracel. In: *Século Diário*. 28 de setembro de 2005. Disponível em: <[http://www.seculodiario.com.br/arquivo/2005/setembro/28/noticiario/meio\\_ambiente/28\\_09\\_08.asp](http://www.seculodiario.com.br/arquivo/2005/setembro/28/noticiario/meio_ambiente/28_09_08.asp)>. Acesso em: 28 set. 2005.

<sup>7</sup> COIMBRA, Ubervalter. Aracruz esgota o ES e migra para Bahia: inaugurada a Veracel. In: *Século Diário*. 28 de setembro de 2005. Disponível em: <[http://www.seculodiario.com.br/arquivo/2005/setembro/28/noticiario/meio\\_ambiente/28\\_09\\_08.asp](http://www.seculodiario.com.br/arquivo/2005/setembro/28/noticiario/meio_ambiente/28_09_08.asp)>. Acesso em: 28 set. 2005.

identidade de resistência dos índios é ativada em um momento político de conflito fundiário com a empresa Aracruz Celulose.

“Nossa terra, nossa liberdade”. Assim se intitula a nota pública da Comissão de Caciques Tupinikim e Guarani, emitida no dia 28 de fevereiro de 2005, na aldeia de Irajá. Neste comunicado, as lideranças indígenas decidem retomar a luta pela terra contra a empresa Aracruz Celulose, atual Fibria, numa disputa que prevaleceu durante quase 40 anos.

A primeira fase da luta durou de 1967 a 1983, período que abrange a chegada da empresa Aracruz Celulose até a demarcação das terras indígenas em 4.490 hectares. A segunda fase ocorreu de 1993 a 1998, que corresponde ao encaminhamento da revisão pela ampliação de terras à assinatura do Termo de Ajustamento de Conduta com a empresa. E a terceira fase teve início em 2005, com a realização da assembleia das duas etnias para reivindicar a ampliação dos 11.009 hectares. Em 1967, o governo estadual de Christiano Dias Lopes concedeu à Aracruz Florestal os 10 mil hectares antes explorados pela Companhia de Ferro e Aço de Vitória (COFAVI) e também extensões de terra que abrangiam parte dos municípios de Conceição da Barra e São Mateus. Segundo Ciccarone (2001, p. 192), o governador da época transformou as terras indígenas em terras devolutas que foram negociadas por uma quantia irrisória.

A decisão pela retomada de terras foi acordada numa assembleia que reuniu os 350 índios dos dois povos, no dia 12 de maio de 2005, na aldeia de Comboios. A justificativa pela retomada da luta devia-se ao fato de que os índios alegavam que em 1997, sentiram-se prejudicados porque não foram demarcados os 11.009 hectares sugeridos pelo Grupo Técnico da Fundação Nacional do Índio (FUNAI).<sup>8</sup>

---

<sup>8</sup> Na época, foi instituído o GT 0783/94, datado do dia 30/08/94, para iniciar os procedimentos legais para a demarcação das terras indígenas no Espírito Santo. Os índios já possuíam 4.492 hectares, resultantes da primeira luta pela terra (1979-1983). O GT propôs ampliação para 13.579 hectares. O relatório, então, foi aprovado pela FUNAI em 27/12/96 e o seu resumo publicado no DOU de 13/01/97. Na época, a FUNAI emitiu parecer

Sentindo-se prejudicados, os índios resolveram realizar a autodemarcação das áreas reivindicadas. Entretanto, após oito dias de trabalho, os caciques foram levados à Brasília e foram pressionados a assinar um acordo com a empresa.<sup>9</sup>

Além do principal motivo acima exposto, os índios, em seu comunicado, retomam historicamente o conflito fundiário, onde relatam o direito a ocupação tradicional de suas terras. Comentam sobre sua forma de vida antes da chegada da empresa ao estado, em 1967, denunciando a perda de suas terras, das matas e dos rios. Criticam o acordo<sup>10</sup> com a empresa por considerá-lo uma maneira de tornarem-se dependentes economicamente da multinacional, promovendo a divisão entre as aldeias e enfraquecendo suas culturas. Consideram que a luta nesse momento possibilitará a liberdade e a autonomia para suas gerações futuras.

Entre o período de 2005 a 2006, os índios realizaram várias estratégias políticas para visibilizar o problema fundiário. Destacaram-se ações legais, as ações diretas (resistência e ocupação) e de visibilização pública (DOMÍNGUEZ, 2010, p. 10).

Os índios do Espírito Santo buscam ações de apoio político pela via da legalidade. Relacionam-se com as esferas do governo federal, estadual e com o poder jurídico visando ampliar e garantir o acesso aos direitos

---

contrário às contestações da empresa Aracruz Celulose. Em março de 1998, o Ministro da Justiça emitiu portaria declaratória da demarcação de apenas 2.571 hectares.

<sup>9</sup> COIMBRA, Ubervalter. Índios capixabas se reúnem e declaram guerra à Aracruz: “Queremos nossas terras de volta.” In: *Século Diário*, 12 de maio de 2005. Disponível em: <[http://www.seculodiario.com.br/arquivo/2005/maio/12/noticiario/meio\\_ambiente/12\\_05\\_01.asp](http://www.seculodiario.com.br/arquivo/2005/maio/12/noticiario/meio_ambiente/12_05_01.asp)>. Acesso em: 12 mai. 2005.

<sup>10</sup> O Termo de Ajustamento de Conduta foi assinado pelos índios Tupinikim e Guaraní com a empresa Aracruz Celulose em 2 de abril de 1998. Neste documento, a empresa cederia uma quantia de dez milhões e duzentos e sessenta mil reais às comunidades indígenas num prazo de 20 anos. Além disso, a empresa permitiria que os índios explorassem os eucaliptos. A empresa, ainda, seria responsável pelo pagamento das contas de água e energia elétrica até o valor de sete mil e novecentos e oitenta reais ao ano, além de subsidiar projetos destinados à agricultura.

indígenas e à posse da terra. Os indígenas realizaram várias viagens à Brasília com intuito de dialogarem com o Ministro da Justiça Márcio Thomaz Bastos e o presidente da FUNAI. Para que fossem atendidos, os índios buscaram se articular com deputados estaduais vinculados a partidos políticos de esquerda como o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). Nos trâmites jurídicos, os índios contavam com o apoio do Ministério Público Federal, a 6ª Câmara de Índios e minorias, da Agência Geral da União (AGU) e da FUNAI.

Após a decisão de recuperar seu território, os índios no dia 17 de maio de 2005, iniciaram a autodemarcação que consiste em uma estratégia para pressionar o governo federal e os demais órgãos responsáveis pela regularização do processo fundiário como a FUNAI e o Ministério da Justiça. A autodemarcação também tinha como objetivo delimitar a área pretendida equivalente aos 11.009 hectares para unificar as aldeias. Participaram do movimento homens, mulheres e crianças. Os índios abriam clareiras em meio aos eucaliptos com motosserras. O senhor Antônio dos Santos, da aldeia de Pau Brasil, resumiu assim sua visão sobre a retomada das terras: “Estou orgulhoso do que estou vendo. Acompanhei a demarcação de 1998 e sei que eles não vão desistir. Para mim é um alívio ver essas árvores caindo, mas só vou ficar tranquilo quando acabar tudo”.<sup>11</sup>

Nas áreas da autodemarcação, os índios no dia 31 de maio, resolveram iniciar a construção da aldeia de Olho D’Água, que já havia antes da empresa Aracruz Celulose chegar à região. Os índios preparavam-se para construir a *Opy* (Casa de Reza) e as casas dos moradores. Em seguida construíram a aldeia de Córrego Novo também existente antes da chegada da empresa.

---

<sup>11</sup> BERNARDES, Flávia. Funai declara apoio aos índios: Relatório é legítimo, atualizado e nada pode anulá-lo. In: *Século Diário*. 18 de maio de 2005. Disponível em: <<http://www.seculodiario.com.br/arquivo/2005/maio/18/noticiario/extra/01.asp>>. Acesso em: 18 mai.2005.

A identidade indígena dos Tupinikim e dos Guarani se constrói na sua relação com os demais atores sociais. Para Pratt (*apud* BITTENCOURT, 2007, p. 18) o conceito de zonas de contato é compreendido como os espaços sociais onde diferentes culturas se chocam e se entrelaçam, marcadas por relações assimétricas de dominação e subordinação, como o colonialismo e o escravagismo. Para Bittencourt (2007, p. 18), surge na América Latina um novo contexto formado por organizações da sociedade civil, instituições de apoio e do Estado, as organizações indígenas que superam as fronteiras nacionais, configurando novas zonas de contato.

A zona de contato se infiltra nas grandes instituições internacionais que se dedicam à causa das minorias, ampliando o diálogo entre as diferentes culturas (BITTENCOURT, 2007, p. 33). No conflito fundiário entre os Tupinikim e Guarani e a empresa Aracruz Celulose podemos observar uma série de agentes que apoiam os indígenas que compreendem setores da sociedade civil, ONGs, uma parcela progressista da Igreja Católica, igrejas evangélicas, movimentos sociais e ambientalistas.

Os índios realizaram inúmeras marchas na região do conflito (Aracruz) e também na capital Vitória com intuito de visibilizar o movimento étnico e pressionar as autoridades locais para o problema fundiário. No dia 01 de junho de 2005, cerca de 400 índios se reuniram em Vitória contra o avanço da monocultura de eucalipto no Estado. Nessa marcha, os índios desejavam que o governador da época, Paulo Hartung, interferisse favoravelmente aos índios junto ao Ministro da Justiça Márcio Thomaz Bastos pela recuperação de suas terras<sup>12</sup>. O movimento contou com a

---

<sup>12</sup> BERNARDES, Flávia. Índios querem apoio de Hartung na homologação de suas terras no ES. In: *Século Diário*. 01 de junho de 2005. Disponível em: <[http://www.seculodiario.com.br/arquivo/2005/junho/01/noticiario/meio\\_ambiente/01\\_06\\_07.asp](http://www.seculodiario.com.br/arquivo/2005/junho/01/noticiario/meio_ambiente/01_06_07.asp)>. Acesso em: 01 jun. 2005.

participação do MPA, do MST, dos quilombolas, dos Pataxós, dos índios do Equador, dentre outros.<sup>13</sup>

A marcha teve a participação do movimento ambientalista chamado *Rede Alerta contra o Deserto Verde*. Podemos observar que nos comunicados e nos depoimentos das lideranças indígenas é presente um forte apelo ao discurso ecológico. Em vários momentos, os índios criticam a monocultura do eucalipto, a destruição de suas matas e dos recursos naturais, além da poluição dos rios e das nascentes no entorno das áreas reivindicadas.

Segundo Bittencourt (2007, p. 43), o ecoindigenismo refere-se à ação preservacionista dos índios. Dessa forma, as lideranças e associações indígenas percebem a importância em se relacionarem à instituições com projetos de biodiversidade. A nova postura dos índios de incorporação do discurso ambiental permite que surjam novos canais de mobilização de apoio. A atuação das ONGs como entidades de apoio ao movimento faz parte da divulgação da luta indígena. A ONG *World Rainforest Movement (WRF)* – Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais, com sede no Uruguai, divulgaram a ação dos índios em diversos idiomas e países.<sup>14</sup>

Conforme a autora (BITTENCOURT, 2007, p. 51), o pan-indigenismo também se constitui como uma nova organização dos índios na defesa dos seus direitos através da identidade supra-étnica e supra-nacional. Mesmo com as diversidades dos povos, a história da colonização unifica a experiência dos indígenas, considerando-se todos parentes. Esse processo de exclusão social e discriminação étnica possibilita que os índios se articulem em torno de uma identidade genérica de índios americanos. Bittencourt chama a atenção para o fato de que mesmo que o movimento indígena tenha

---

<sup>13</sup> BERNARDES, Flávia. Marcha indígena percorre a cidade em protesto contra Hartung, Ibama e Rede Gazeta. In: *Século Diário*. 02 de junho de 2005. Disponível em: <<http://www.seculodiario.com.br/arquivo/2005/junho/02/noticiario/extra/01.asp>>. Acesso em: 02 jun.2005.

<sup>14</sup> COIMBRA, Ubervalter. Recuperação das terras indígenas ganha repercussão mundial. In: *Século Diário*. 18 de maio de 2005. Disponível em: <[http://www.seculodiario.com.br/arquivo/2005/maio/18/noticiario/meio\\_ambiente/18\\_05\\_08.asp](http://www.seculodiario.com.br/arquivo/2005/maio/18/noticiario/meio_ambiente/18_05_08.asp)>. Acesso em: 18 mai. 2005.

similitudes e troque informações e conhecimentos entre si, isso não corresponde à uma homogeneização da atuação política. Cada grupo étnico possui sua especificidade própria e seu contexto de luta política.

Em 01 de junho de 2005, índios Krenak de Minas Gerais realizaram 30 horas de protesto na estrada de ferro Vitória-Minas contra a empresa Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), atual Vale. O movimento teve apoio de mais de 80 índios do Espírito Santo. Os índios atearam fogo em parte da estrada e paralisaram as atividades da Usina Hidrelétrica de Aimorés. Os Krenak reivindicavam que a FUNAI enviasse um Grupo Técnico para realizar reestudo de suas terras indígenas e avaliar os impactos ambientais da ferrovia e da hidrelétrica nas áreas indígenas. O território reivindicado corresponde à região de Sete Salões que foi transformada em unidade de conservação.<sup>15</sup> Em 06 de outubro de 2005, os índios ocuparam o complexo de fábricas da Aracruz Celulose.

O movimento indígena conta com o apoio da ala progressista da Igreja Católica, como os representantes da base da Diocese de Colatina e da ordem das freiras Combonianas e do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e de algumas Igrejas evangélicas, como a Luterana.

A luta indígena no Espírito Santo ganhou repercussão nacional e internacional. As lideranças Tupinikim e Guarani percorreram diversos países para divulgar o conflito pela terra e pelos seus direitos. Em 2006, os índios percorreram a Noruega, Suécia, Holanda, Áustria e Estados Unidos.

No dia 12 de dezembro de 2006, cansados de esperar pela homologação de suas terras, 250 índios ocuparam pacificamente o porto da empresa Aracruz Celulose, o Portocel.<sup>16</sup> Os índios pararam o trabalho de

---

<sup>15</sup> BERNARDES, Flávia. Insatisfeitos, índios ateiam fogo em ferrovia da Vale e usina. In: *Século Diário*. 02 de dezembro de 2005. Disponível em: <[http://www.seculodiario.com.br/arquivo/2005/dezembro/02/noticiario/meio\\_ambiente/02\\_12\\_07.asp](http://www.seculodiario.com.br/arquivo/2005/dezembro/02/noticiario/meio_ambiente/02_12_07.asp)>. Acesso em: 02 dez.2005.

<sup>16</sup> BERNARDES, Flávia. Índios resistem e decidem passar a noite no Portocel. In: *Século Diário*. 12 de dezembro de 2006. Disponível em:

carregamento dos navios e os funcionários foram dispensados. As ONGs brasileiras e internacionais apoiaram o protesto e estão se manifestando favoráveis aos índios na Holanda, na Alemanha, na Noruega e nos Estados Unidos.<sup>17</sup>

A Aracruz Celulose atuou defendendo seus interesses e utilizando violência física e simbólica contra os Tupinikim e os Guarani. A empresa possui uma milícia armada denominada Visel que atuava na região do conflito. Além disso, a Aracruz Celulose investiu em uma propaganda massiva anti-índigena com palestras e divulgação de cartilhas e outdoors preconceituosos contra os índios, negando-lhes sua identidade étnica em nome do progresso econômico

Em 20 de janeiro de 2006 foi a data de maior violência contra as comunidades indígenas. Cerca de 50 índios que viviam na aldeia de Olho D'Água e Córrego Novo tiveram suas casas destruídas e foram vítimas de balas de borracha. Homens, mulheres, crianças e idosos fugiam e tentavam se proteger do ataque de um helicóptero da Polícia Federal. Para a missão de reintegração de posse da empresa, foram enviados ao local 120 agentes de diversos estados do Rio de Janeiro, Distrito Federal e Espírito Santo. O saldo dessa operação resultou em duas aldeias destruídas e 12 índios foram feridos, sendo a maior que a maior parte deles eram lideranças políticas.

## Conclusão

---

<<http://www.seculodiario.com.br/arquivo/2006/dezembro/12/noticiario/ultimas/09.asp>>  
. Acesso em: 12 dez. 2006.

<sup>17</sup> BERNARDES, Flávia. Índios ocupam pacificamente porto da Aracruz em defesa de suas terras e *Século Diário* é censurado. In: *Século Diário*. 12 de dezembro de 2006. Disponível em: <[http://www.seculodiario.com.br/arquivo/2006/dezembro/12/noticiario/meio\\_ambiente/12\\_12\\_01.asp](http://www.seculodiario.com.br/arquivo/2006/dezembro/12/noticiario/meio_ambiente/12_12_01.asp)>. Acesso em: 12 dez. 2006.

Ambos os movimentos de Chiapas e do Espírito Santo são produtos de uma forte atuação política indígena contra a exclusão, o preconceito e a subordinação econômica a que os povos são submetidos.

É possível estabelecer entre os movimentos traços de paralelismo em seus discursos políticos tais como: a negação do ocidente, a diferenciação étnica, a recuperação da história a partir do ponto de vista indígena, a revalorização das culturas índias, a concepção nativa de natureza e sociedade, a crítica à dominação, a tradição indígena, a visão de futuro, as demandas concretas, a luta pela igualdade de direitos frente ao Estado e o combate à repressão e a violência (BONFIL BATALLA, 1990)

Segundo Bonfil Batalla (1990, p. 207), a luta pelo controle cultural de tomar suas próprias decisões explica o conservadorismo dos povos indígenas e isso constitui numa das principais formas de resistência. O apego aos costumes e à tradição promove uma renovação periódica dos atos por meio dos quais se mantém um espaço definido de cultura própria.

Os índios procuram lidar com a questão da dupla identidade local e nacional. Os índios de Chiapas valorizam suas culturas e tradições assim como os índios do Espírito Santo. Ao mesmo tempo reivindicam sua condição de cidadania como mexicanos e brasileiros ao lutarem pelo acesso aos direitos civis, políticos, sociais e culturais.

## Referências

### Documentos

GRUPO de Trabalho Técnico. *Relatório final de reestudo da identificação das terras indígenas Caieiras Velhas, Pau Brasil e Comboios*. Portaria nº 0783/94. Vitória, 1994. v.1, mimeo, fl.24.

### Fontes, jornais eletrônicos

- BERNARDES, Flávia. Insatisfeitos, índios ateam fogo em ferrovia da Vale e usina. *Século Diário*. 02 de dezembro de 2005. Disponível em: <[http://www.seculodiario.com.br/arquivo/2005/dezembro/02/noticiario/meio\\_ambiente/02\\_12\\_07.asp](http://www.seculodiario.com.br/arquivo/2005/dezembro/02/noticiario/meio_ambiente/02_12_07.asp)>. Acesso em: 02 dez. 2005.
- \_\_\_\_\_. Funai declara apoio aos índios: Relatório é legítimo, atualizado e nada pode anulá-lo. *Século Diário*. 18 de maio de 2005. Disponível em: <<http://www.seculodiario.com.br/arquivo/2005/maio/18/noticiario/extra/01.asp>>. Acesso em: 18 mai. 2005.
- \_\_\_\_\_. Bispo fracassa ao tentar acordo elogiando Aracruz e índios reagem: 'Igreja não mudou em 500 anos!'. *Século Diário*. 13 de junho de 2005. Disponível em: <[http://www.seculodiario.com.br/arquivo/2005/junho/13/noticiario/meio\\_ambiente/13\\_06\\_01.asp](http://www.seculodiario.com.br/arquivo/2005/junho/13/noticiario/meio_ambiente/13_06_01.asp)>. Acesso em: 13 jun. 2005.
- \_\_\_\_\_. Bases da Igreja dão apoio a índios e desautorizam bispo de Colatina que defende a Aracruz Celulose. *Século Diário*. 16 de junho de 2005. Disponível em: <[http://www.seculodiario.com.br/arquivo/2005/junho/16/noticiario/meio\\_ambiente/16\\_06\\_01.asp](http://www.seculodiario.com.br/arquivo/2005/junho/16/noticiario/meio_ambiente/16_06_01.asp)>. Acesso em: 16 jun. 2005.
- \_\_\_\_\_. Índios do ES ocupam pacificamente empresa parceira da Aracruz Celulose na Alemanha. *Século Diário*. 12 de dezembro de 2006. Disponível em: <[http://www.seculodiario.com.br/arquivo/2006/maio/04/noticiario/meio\\_ambiente/04\\_05\\_01.asp](http://www.seculodiario.com.br/arquivo/2006/maio/04/noticiario/meio_ambiente/04_05_01.asp)>. Acesso em: 12 dez.2006.
- \_\_\_\_\_. Índios denunciam intimidação da Aracruz, por milícia armada. 04 de julho de 2005. *Século Diário*: Disponível em: <[http://www.seculodiario.com.br/arquivo/2005/julho/04/noticiario/meio\\_ambiente/04\\_07\\_06.asp](http://www.seculodiario.com.br/arquivo/2005/julho/04/noticiario/meio_ambiente/04_07_06.asp)>. Acesso em: 04 jul.2005.
- \_\_\_\_\_. Índios querem apoio de Hartung na homologação de suas terras no ES. *Século Diário*. 01 de junho de 2005. Disponível em: <[http://www.seculodiario.com.br/arquivo/2005/junho/01/noticiario/meio\\_ambiente/01\\_06\\_07.asp](http://www.seculodiario.com.br/arquivo/2005/junho/01/noticiario/meio_ambiente/01_06_07.asp)>. Acesso em: 01 jun. 2005.

- \_\_\_\_\_. Sangue e brutalidade nos eucaliptais da Aracruz Celulose. *Século Diário*. 21 e 22 de janeiro de 2006. Disponível em: <[http://www.seculodiario.com.br/arquivo/2006/janeiro/21\\_22/noticiario/meio\\_ambiente/21\\_01\\_01.asp](http://www.seculodiario.com.br/arquivo/2006/janeiro/21_22/noticiario/meio_ambiente/21_01_01.asp)>. Acesso em 22 jan. 2006.
- \_\_\_\_\_. Estudantes capixabas farão visita à aldeia indígena destruída. *Século Diário*. 23 de janeiro de 2006. Disponível em: <[http://www.seculodiario.com.br/arquivo/2006/janeiro/23/noticiario/meio\\_ambiente/23\\_01\\_06.asp](http://www.seculodiario.com.br/arquivo/2006/janeiro/23/noticiario/meio_ambiente/23_01_06.asp)>. Acesso em: 23 jan. 2006.
- \_\_\_\_\_. Aracruz apela: cartilhas e palestras em escolas para desqualificar índios. *Século Diário*. 14 de setembro de 2006. Disponível em : <[http://www.seculodiario.com.br/arquivo/2006/setembro/14/noticiario/meio\\_ambiente/14\\_09\\_08.asp](http://www.seculodiario.com.br/arquivo/2006/setembro/14/noticiario/meio_ambiente/14_09_08.asp)>. Acesso em: 14 set. 2006.
- \_\_\_\_\_. Índios resistem e decidem passar a noite no Portocel. *Século Diário*. 12 de dezembro de 2006. Disponível em: <<http://www.seculodiario.com.br/arquivo/2006/dezembro/12/noticiario/ultimas/09.asp>>. Acesso em: 12 dez. 2006.
- \_\_\_\_\_. Índios ocupam pacificamente porto da Aracruz em defesa de suas terras e *Século Diário* é censurado. *Século Diário*, 12 de dezembro de 2006. Disponível em: <[http://www.seculodiario.com.br/arquivo/2006/dezembro/12/noticiario/meio\\_ambiente/12\\_12\\_01.asp](http://www.seculodiario.com.br/arquivo/2006/dezembro/12/noticiario/meio_ambiente/12_12_01.asp)>. Acesso em: 12 dez. 2006.
- \_\_\_\_\_. Marcha indígena percorre a cidade em protesto contra Hartung, Ibama e Rede Gazeta. *Século Diário*. 02 de junho de 2005. Disponível em: <<http://www.seculodiario.com.br/arquivo/2005/junho/02/noticiario/extra/01.asp>>. Acesso em: 02 jun.2005.
- COIMBRA, Ubervalter. Aracruz esgota o ES e migra para Bahia: inaugurada a Veracel. *Século Diário*. 28 de setembro de 2005. Disponível em: <[http://www.seculodiario.com.br/arquivo/2005/setembro/28/noticiario/meio\\_ambiente/28\\_09\\_08.asp](http://www.seculodiario.com.br/arquivo/2005/setembro/28/noticiario/meio_ambiente/28_09_08.asp)>. Acesso em: 28 set. 2005.
- \_\_\_\_\_. Dinheiro do FAT para a Aracruz Celulose tira do campo 88 mil empregos no Estado e na BA. *Século Diário*. 01 de fevereiro de 2006.

Disponível em:

<[http://www.seculodiario.com.br/arquivo/2006/fevereiro/01/noticiario/meio\\_ambiente/01\\_02\\_01.asp](http://www.seculodiario.com.br/arquivo/2006/fevereiro/01/noticiario/meio_ambiente/01_02_01.asp)>. Acesso em: 01 fev.2005

\_\_\_\_\_. Cacique denuncia nos EUA opressão da Aracruz Celulose. *Século Diário*. 14 de novembro de 2006. Disponível em: <[http://www.seculodiario.com.br/arquivo/2006/novembro/14/noticiario/meio\\_ambiente/14\\_11\\_09.asp](http://www.seculodiario.com.br/arquivo/2006/novembro/14/noticiario/meio_ambiente/14_11_09.asp)>. Acesso em: 14 nov. 2006.

\_\_\_\_\_. Recuperação das terras indígenas ganha repercussão mundial. *Século Diário*. 18 de maio de 2005. Disponível em: <[http://www.seculodiario.com.br/arquivo/2005/maio/18/noticiario/meio\\_ambiente/18\\_05\\_08.asp](http://www.seculodiario.com.br/arquivo/2005/maio/18/noticiario/meio_ambiente/18_05_08.asp)>. Acesso em: 18 mai. 2005.

\_\_\_\_\_. Índios capixabas se reúnem e declaram guerra à Aracruz: “Queremos nossas terras de volta.” *Século Diário*. 12 de maio de 2005.

Disponível em:

<[http://www.seculodiario.com.br/arquivo/2005/maio/12/noticiario/meio\\_ambiente/12\\_05\\_01.asp](http://www.seculodiario.com.br/arquivo/2005/maio/12/noticiario/meio_ambiente/12_05_01.asp)>. Acesso em: 12 mai. 2005.

MEDEIROS, Rogério. No DNA dos líderes da retomada das terras indígenas usurpadas pela Aracruz, a marca dos grandes guerreiros: uma coragem que vem do berço”. *Século Diário*, 28 a 29/05/05)

Disponível em:

<[http://www.seculodiario.com.br/arquivo/2005/maio/28\\_29/reportagens/reportagens/28\\_05\\_01.asp](http://www.seculodiario.com.br/arquivo/2005/maio/28_29/reportagens/reportagens/28_05_01.asp)>.

### **Livros, teses, dissertações**

AGUIRRE BELTRÁN, Gonzalo. Indigenismo en México: confrontación de problemas e PALERM, Angel. Respuesta. In: MEDINA, A.; GARCÍA MORA, C (orgs.). *La quiebra política de la antropología social en México (Antología de una polémica)*. I. La impugnación. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 1983, p. 195 -226.

- BONFIL BATALLA, Guillermo. Aculturación e indigenismo: la respuesta india. In: ALCINA FRANCH, José (comp.). *Indianismo e indigenismo en América*. Madrid: Alianza Editorial, 1990. p. 189-209.
- DAUZIER, Martine. Del maestro escolar al intelectual indígena. México 1975-1995. In: KÖNIG, Hans-Joachim (ed.). *El indio como sujeto y objeto de la historia latinoamericana: pasado y presente*. Frankfurt/Main: Vervuert: Madrid: Iberoamericana, 1998. p. 85-96.
- BRIGE, Marco F. FÉLICE, Mássimo Di. *Votán-Zapata. A marcha indígena e a sublevação temporária*. São Paulo: Xamã, 2002.
- BITTENCOURT, Libertad Borges. *A formação de um campo político da América Latina: as organizações indígenas no Brasil*. Goiânia: Editora da UFG, 2007.
- BUENROSTRO Y ARELLANO, Alejandro. OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino (orgs). *Chiapas: construindo a esperança*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- CAL Y MAYOR, Araceli Burguete. Uma década de autonomias de facto em Chiapas (1994-2004): los límites. In: DÁVALOS, Pablo (org). *Pueblos indígenas, Estado y democracia*. 1 ed. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales- CLACSO, 2005.
- CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade: a era da informação: economia, sociedade e cultura*. 2 ed. São Paulo: Paz e Terra, v.2, 2002.
- CICCARONE, Celeste. *Drama e sensibilidade: migração, xamanismo e mulheres mbya guarani*. Tese de Doutorado. Programa de Estudos de Pós-graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2001.
- DOMÍNGUEZ, Diego, “La territorialización de la lucha por la tierra en la Argentina del bicentenario”, *Revista Interdisciplinaria de Estudios Sociales*, 2010.
- FUSER, Igor. *México em transe*. São Paulo: Scritta, 1995.
- GIL, Antonio C. A. Intelectuais e indigenismo: o dilema da identidade nacional num país profundamente indígena. In: *XXVI Simpósio*

*Nacional de História*. ANPUH: 50 anos. São Paulo: ANPUH, 2011. p. 1-14.

- MONTES, Adelfo Regino. Acteal: genocídio e etnocídio. In: La Jornada. 27 dez. 1997. In: BUENROSTRO Y ARELLANO, Alejandro. OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino (orgs). *Chiapas: construindo a esperança*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- MUNÓZ, Cristóbal. FÉLICE, Máximo Di (orgs) *A revolução invencível*. Cartas e comunicados do subcomandante Marcos e EZLN. São Paulo: Boitempo, 1998.
- SOLANO, Xochitl Leyva. Indigenismo, indianismo y ciudadanía étnica de cara a las redes neozapatistas. In: DÁVALOS, Pablo (org). *Pueblos indígenas, Estado y democracia*. 1 ed. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales- CLACSO, 2005.